



Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI

# III SINESPP

20 a 24  
OUTUBRO  
2020

SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS  
Democracia, desigualdades sociais e políticas públicas no capitalismo contemporâneo

## EIXO TEMÁTICO 9 | QUESTÕES DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA E GERAÇÃO

### LESBIANIDADES E QUESTÃO SOCIAL

#### LESBIANITIES AND SOCIAL ISSUE

Luara Dias Silva<sup>1</sup>

#### RESUMO

Este texto pretende discutir sobre as demandas da lesbianidade enquanto expressão da questão social, levando em consideração a construção do papel social das mulheres e as demandas dos movimentos feministas que, por muitas vezes, apagam ou invisibilizam as questões lésbicas. O fazer do Assistente Social, como profissional que trabalha diretamente com as opressões, precisa se apropriar dessas questões que também são estruturais e oprimem mulheres lésbicas diariamente, sem acesso às políticas públicas específicas.

**Palavras-Chaves:** Lesbianidades. Movimentos Feministas. Questão Social. Serviço Social.

#### ABSTRACT

This text aims to discuss the demands of lesbianity as an expression of the social issue, taking into account the construction of the social role of women and the demands of feminist movements that, many times, erase or make lesbian issues invisible. The work of the Social Worker, as a professional who works directly with oppression, needs to take ownership of these issues that are also structural and oppress lesbian women daily, without access to specific public policies.

**Keywords:** Lesbianities. Feminist Movements. Social Issues. Social Service.

#### INTRODUÇÃO

Ao pensar a questão social temos um grande número de estudos relacionado à classe e raça, mas a sexualidade é colocada como um item separado, como se não

<sup>1</sup> Bacharel em Serviço Social pela Universidade Santo Agostinho; mestranda em Políticas Públicas na Universidade Federal do Piauí – UFPI – orientanda da Profa. Elaine Ferreira do Nascimento.

houvesse relação direta na construção social e, portanto, em uma das expressões da questão social. O presente artigo busca fazer uma breve análise acerca da questão social e do Serviço Social relacionando ao gênero, construção da feminilidade e lesbianidades, mostrando a invisibilidade das relações entres estes tópicos.

Enquanto lésbica, percebi a dificuldade de juntar bibliografias que me amparassem na pesquisa da trajetória social de mulheres lésbicas que não performam feminilidade e os espaços que ocupam como uma expressão da questão social, pela pequena quantidade de pesquisas que juntassem os dois temas, lesbianidades e Serviço Social ou sexualidade e questão social.

O artigo se divide em quatro tópicos, o primeiro trata sobre questão social, Serviço Social e patriarcado, mostrando suas relações na sociedade capitalista, em especial sobre a questão sociais e suas expressões. O segundo trata sobre gênero, feminilidade e o papel social das mulheres na sociedade capitalista, o terceiro traz um breve histórico do movimento feminista no Brasil e Lesbianidades, mostrando a invisibilidade da discussão acerca das especificidades da mulher lésbica no feminismo. E o quarto conclui fazendo uma relação entre o conceito de questão social e suas expressões com a lesbianidade.

A pesquisa é de natureza qualitativa e faz a discussão dos conceitos de gênero e lesbianidade enquanto expressões da questão social.

## **2 QUESTÃO SOCIAL, SERVIÇO SOCIAL E PATRIARCADO**

Por volta de 1930, em Martinelli (2008), o capitalismo começa a se tornar o novo modelo econômico vigente no Brasil, deixando as atividades agrárias, e também as de exportação, buscando amadurecer o pólo industrial, ou seja, quando o capitalismo inicia seu processo de desenvolvimento em nosso país, há uma modificação nas relações de trabalho, as atividades agrárias eram as predominantes no cenário econômico brasileiro, a grande maioria da população sobrevivia do trabalho rural, o capitalismo trouxe consigo uma mudança desse cenário, o trabalho de grande importância deixava de ser o agrário e passava a ser o industrial, que trazia uma lógica diferente na relação entre “patrões e servos”.

As populações que estavam nas regiões menos dinamizadas pelas forças produtivas, para Ianni (2004), se viam induzidas por melhores condições de vida nos

grandes centros urbanos, portanto, algumas partes das cidades se tornaram pólos industriais e, conseqüentemente, produtoras de um maior número de empregos, o sistema começa a girar em torno destes grandes centros urbanos, o trabalhador que buscava manter sua subsistência e de sua família, além de uma melhoria de vida, acabava por se encontrar sem condições de se manter do trabalho agrário e buscava nos pólos industriais as melhorias que necessitava, assim, saindo das áreas rurais e migrando para as áreas urbanas.

O Serviço Social, em seu surgimento no Brasil, possuía uma perspectiva de ajustamento do indivíduo aos moldes sociais, na vertente de conformismo, Machado (1999) diz que do seu surgimento até meados da década de 1970, o Serviço Social focava na individualidade, no indivíduo pobre, favelado, negro, e como ajustá-lo na logística social, culpabilizando o sujeito pelo espaço que ocupava.

O pensar na transformação social, ao invés da individual, aconteceu, no Brasil, no período da ditadura militar (Machado, 1999), quando a profissão passa a enxergar o social como objeto de intervenção e entender a desigualdade enquanto reprodução e manutenção do sistema capitalista.

A emergência do capitalismo não só divide a sociedade em classes, mas também põe as mulheres em um lugar de opressão (apesar de já existir um distanciamento da realidade social de mulheres brancas e negras).

A classe é, pois, quem determina como essas mais variadas expressões de opressões irão ser vivenciadas por esses sujeitos. Assim, é que uma mulher da classe dominante explora uma mulher da classe trabalhadora, uma idosa pode explorar outra idosa, uma negra pode explorar outra negra. (Cisne, 2005, p.03)

Portanto, o capitalismo propõe a opressão não só de uma classe sobre a outra, mas também do homem sobre a mulher, quando ainda que todas as mulheres se identifiquem como tal, nem todas se entendem oprimidas pela questão da divisão de classes, entendendo que mesmo que uma mulher seja pertencente à classe burguesa, dentro do seu meio social sofrerá a opressão do machismo e da sociedade patriarcal, tendo que responder ainda pelo lugar da mulher socialmente imposto, ou seja, mesmo que acredite, por estar uma posição social diferenciada, as mulheres sofrem a mesma expressão de opressão do patriarcalismo, entretanto as mulheres da classe trabalhadora sofrem a opressão patriarcal e a exploração do trabalho. “O fundamento do feminismo

sendo a emancipação das mulheres encontra um limite estrutural: o capitalismo” (Cisne, 2018).

Ao explicar sobre a questão social, Machado (1999) “a questão social só se nos apresenta nas suas objetivações, em concretos que sintetizam as determinações prioritárias do capital sobre o trabalho, onde o objetivo é acumular capital e não garantir condições de vida para toda a população”, para tanto, o capital atua nas relações de trabalho, que dialogam com as relações patriarcais, fazendo uma manutenção de opressões de classe e gênero.

### 3 GÊNERO, CONSTRUÇÃO DA FEMINILIDADE E PAPEL SOCIAL DAS MULHERES

Aprendemos a performar gênero desde antes de entender o significado e o impacto nas nossas vidas, de acordo com a genitália, temos um modo de vida e de performance pré-estabelecido socialmente, Joan Scott (1995) traz uma definição de gênero:

O núcleo da definição repousa numa conexão integral entre duas proposições: (1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. (SCOTT, 1995, p.86).

A imposição da performance de gênero no intuito da perpetuação das relações de poder está em tudo que acompanhamos diariamente, desde aquilo que consumimos como entretenimento, à religião. Aprende-se desde a infância sobre o que teoricamente é ser mulher e os locais que uma mulher pode e deve ocupar, quando ligamos a TV para nossos filhos e escolhemos um programa musical, a exemplo do maior programa infantil consumido “A galinha pintadinha”, temos uma série de inserções de performance de gênero dentro de cada música como: “a galinha usa saia e o galo paletó”, não só isso, como da própria heterossexualidade como fundante da formação de um casal, não mostrando com naturalidade a formação de outros tipos de casais.

Quando se fala sobre o gênero feminino há um ar de fragilidade e subserviência que acompanha um determinado modo de ser, estar, falar e se apresentar ao mundo, essa discussão perpassa as pessoas trans que para serem reconhecidas pelo mundo como sendo de outro gênero iniciam esse processo com a vestimenta.

Usando as palavras de Sarti (2004) “O feminismo fundou-se na tensão de uma identidade sexual compartilhada (nós mulheres), evidenciada na anatomia, mas recortada pela diversidade de mundos sociais e culturais nos quais a mulher se torna mulher, diversidade essa que, depois, se formulou como identidade de gênero, inscrita na cultura”, a autora faz esta citação ao falar de Simone de Beauvoir (1949) e sua frase já conhecida por muitas mulheres “não se nasce mulher, torna-se mulher”.

Ambas trazem o mesmo sentido de quão presas estamos ao nascermos biologicamente mulheres e sermos socializadas como tais, desde a barriga, somos sentenciadas a assumir um comportamento social, cultural, uma expressão daquilo que esperam que nos tornemos, uma mulher.

A forma como a sociedade se organiza é para que, enquanto mulheres, tenhamos uma forma de comportamento, uma forma de se vestir, uma forma de falar, mesmo em culturas distintas, algumas com opressões mais fortes, visíveis, como é o caso de países árabes, outras de maneira menos evidente, entretanto muito violenta também.

Alice Rossi (1976) escreveu que usava sua falta de feminilidade para descartar os homens, e que os homens, biologicamente, tinham uma orientação sexual direcionada para as mulheres; nessa fala podemos discutir dois pontos (1) que os homens se sentem atraídos pela feminilidade, quanto menos feminina for uma mulher, menos atraente ela parece aos olhos de um homem, (2) a não necessidade de Alice de conseguir um homem lhe dava a liberdade de não performar feminilidade.

Nem todas as mulheres lésbicas performam feminilidade, por muitos anos se disse que lésbicas eram somente as mulheres que se “vestiam de homem”, porque, teoricamente, estas mulheres gostariam de assumir o “papel masculino” na relação (mesmo na relação entre duas mulheres existe a necessidade social de entender ou impor papéis de gênero para pessoas do mesmo gênero), entretanto lésbicas são plurais, podem ou não performar feminilidade, o problema maior é o incomodo causado pelo corpo de uma mulher que não está a serviço do patriarcado, que é inclusive o motivo do apagamento diário desses corpos (BATISTA, SOUZA 2019).

Ao falar sobre feminilidade Beraldo (2014) cita que a feminilidade é um conceito naturalizado mas ainda controverso dentro do feminismo:

A roupa foi um dos primeiros produtos a denunciar esta acomodação do corpo feminino em padrões definidos por uma estética de feminilidade que

Bourdieu (2003) classifica como a arte “se fazer pequena”, pois desde a moda de classe até a atual moda de consumo, as roupas faziam com que as mulheres fossem forçadas a fazerem gestos curtos e delicados, devido ao desconforto que as vestimentas femininas costumavam (e ainda costumam) causar. Além da definição explícita das diferenças de vestuário e das famosas “regras de etiqueta”, a feminilidade também passa a ser construída em padrões estéticos que influenciam na conformação dos corpos, para além das roupas, referindo-se a padrões de beleza para cabelos, unhas, sobancelhas, cílios, pelos, pele e tudo o mais que puder sofrer intervenções da indústria de cosméticos, algo que ser perpetua até os dias de hoje. (BERALDO, 2014).

Percebemos a construção da feminilidade como uma restrição da liberdade da mulher na sua percepção de si enquanto pessoa, no intuito de manter a dominação de um gênero sobre outro, tornando as mulheres frágeis e, portanto, dependentes e submissas.

O indivíduo mulher, tal como aparece na imagem dos anúncios publicitários, ao existir, principalmente, através de um corpo fragmentado, inviabiliza a construção de um espaço interno e, com ele, a possibilidade de proferir um discurso. A imagem da mulher como silêncio[...] possui um corpo e deve saber usá-lo, mas dispensa a palavra[...] Assim, a palavra da mulher é delegada aos produtos e estes falam por ela, são suas ideias, expressam seu interior sob a forma de necessidades e desejos (Rocha, 2001, p. 37).

Rich (1980) diz que “nós não estamos confrontando apenas a manutenção simples da desigualdade e da posse de propriedade, mas também um feixe difuso de forças que abarcam desde a brutalidade física até o controle da consciência”.

O papel da mulher na sociedade foi sendo modificado no decorrer dos anos, através da mudança de sistema econômico:

O lugar das mulheres era mesmo em casa – mas não apenas porque elas pariam e criavam as crianças ou porque atendiam às necessidades do marido. Elas eram trabalhadoras produtivas no contexto da economia doméstica, e seu trabalho não era menos respeitado do que o de seus companheiros. Quando a produção manufatureira se transferiu da casa para a fábrica, a ideologia da feminilidade começou a forjar a esposa e a mãe como modelos ideais. No papel de trabalhadoras, ao menos as mulheres gozavam de igualdade econômica, mas como esposas eram destinadas a se tornar apêndices de seus companheiros, serviçais de seus maridos. No papel de mães, eram definidas como instrumentos passivos para a reposição da vida humana. A situação da dona de casa branca era cheia de contradições. Era inevitável que houvesse resistência (Davis, 1944, p.51).

Quando Angela Davis (1944) cita a economia doméstica e a posterior mudança percebemos uma modificação nas relações no contexto da entrada de outro sistema econômico, com a mulher deixando de ser uma trabalhadora produtiva e se tornando apenas uma esposa dentro de um modelo ideal de feminilidade esperado. É importante

citar que a autora coloca como o papel da mulher branca, visto que as mulheres negras ocupavam outros espaços enquanto população escravizada, mesmo após a abolição.

Esse modelo ideal de esposa e mãe afeta diretamente as mulheres que não pensavam para si esse papel social, as mulheres que tinham desejos diferentes, inclusive, a padronização de um modelo ideal de mulher já uma opressão do desejo da mulher de ser quem ela quiser, ou amar quem ela quiser (ainda hoje é uma batalha a ser vencida).

#### **4 LESBIANIDADES E MOVIMENTOS FEMINISTAS NO BRASIL**

As práticas sexuais entre mulheres provavelmente existem há muitos séculos e em diversas culturas (Falquet, 2009), a autora explica, ainda, a importância da diferenciação entre homossexualidade e lesbianismos, Santos, Souza e Faria (2017) colocam ainda que o estudo da lesbianidade era colocado como um apêndice nos estudos homossexuais centrados no homem gay, portanto não possuíam uma perspectiva da historicidade da mulher enquanto figura central.

De acordo com Falquet (2009) o movimento lésbico emerge, no mundo, na década de 1960, vinculado à segunda onda feminista e ao movimento homossexual, entretanto, logo começa a criticar a misoginia e os objetivos falocentricos do movimento de homens gays, então cria sua própria organização, enquanto parte das mulheres lésbicas se aproximam do movimento feminista e da construção do movimento de liberação das mulheres, na época as feministas acabaram por não abraçar a causa das mulheres lésbicas, o que ocasionou que estas seguissem suas próprias vias.

A dificuldade de encontrar estudos e pesquisas acerca da lesbianidade é relatada por Santos, Souza e Faria (2017) que explicam que atrelar os estudos lésbicos aos estudos homossexuais contribui para a invisibilidade lésbica na academia e para a produção de estudos enviesados, que falam na perspectiva de um olhar masculino e não capturam as especificidades da lesbianidade.

Os estudos sobre sexualidade no âmbito feminista têm sido no campo da heterossexualidade, diz Soares e Costa (2012), os feminismos preocupam-se com a defesa liberdade sexual da mulher, o direito ao prazer, na prática os movimentos feministas possuem um grande número de mulheres lésbicas e bissexuais, mas, no Brasil, na década de 1970, não incorporavam as pautas lésbicas.

Soares e Costa (2012) explica, ainda, que no Brasil da década de 1970 existiam dois movimentos compostos por mulheres, os movimentos feministas e os movimentos de mulheres, que se diferenciavam pôr o movimento de mulheres ser composto por mulheres de classes populares, donas de casa, que lutavam por melhores condições de vida, ligadas a pastorais da Igreja Católica, enquanto o movimento feminista era composto por mulheres da classe média, com formação universitária e/ou política que lutavam pela mudança nos papéis sociais e autonomia das mulheres.

Assim sendo, temas como contracepção, aborto, prazer, lesbianidade foram silenciados pelos aliados na luta contra ditadura, que polarizaram o debate na hierarquização das bandeiras das lutas gerais sob as lutas específicas. Todavia, alguns temas, como a legalização do aborto e a lesbianidade também encontravam resistência no movimento de mulheres, sendo este um ponto de distinção entre movimento de mulheres e feminista. (Soares e Costa, 2012, p.16).

O feminismo emergiu no Brasil num período de luta contra o regime de ditadura e encontrou dificuldades, segundo Soares e Costa (2012) não foi aceito tanto para os conservadores de direita, que não concordavam com as ideologias feministas, quanto para a esquerda que acreditava que poderia interferir negativamente na luta contra o regime de ditadura.

Na década de 1980, os feminismos aparecem no cenário nacional como agentes no processo de redemocratização, avançam da fase de denúncia contra a opressão das mulheres e começam a propor políticas públicas para mulheres e para a equidade de gênero. Começam a surgir organizações não governamentais feministas (ONG), apoiadas pela cooperação internacional, baseadas nos princípios do feminismo, com missão dirigida à autonomia das mulheres e fortalecimento do movimento feminista brasileiro. Nas universidades, surgiram núcleos de pesquisa e estudos sobre a mulher que, posteriormente, se caracterizaram como pesquisa e estudos de gênero, aumentando em número e diversidade de temas. (Soares e Costa, 2012, p.19).

O movimento feminista foi crescendo no Brasil, e pouco colocou em pauta as questões feministas, notamos que o fundamento das questões era centrado na heterossexualidade, e não que não seja de enorme relevância levantar essas questões, mas proporcionou a invisibilização das especificidades lésbicas nas agendas políticas.

Nos anos 90, seguidos pela mesma tendência nos anos 2000, o movimento feminista avançou em discussões temáticas, sobretudo em saúde da mulher, violência contra mulher e trabalho. Novas ONGs feministas surgiram em todo o país, profissionalizando o movimento. A despeito da diversidade de ONGs no Brasil e dos propósitos diferentes, é válido lembrar, que muitas ONGs feministas brasileiras nunca deixaram de atuar conectadas com o movimento

feminista, assumindo o lugar de expressão pública do feminismo e de formação com mulheres. Ainda nos anos 1990, surgem as redes nacionais, compostas por organizações e feministas, com intuito de potencializar a ação e fortalecer o movimento feminista brasileiro. Houve um aumento de feministas em cargos governamentais com o surgimento dos organismos de políticas para mulheres no âmbito nacional, estadual e municipal. Nesse momento, o processo de institucionalização foi um vetor para a manutenção da resistência a incorporação da crítica a heteronormatividade e as questões das mulheres lésbicas. (Soares e Costa, 2012, p.20).

Portanto, a lesbianidade não foi umas das principais pautas do movimento feminista no Brasil, chegou a ser visto como uma ameaça (Soares e Costa, 2012), as mulheres dos movimentos não queriam atrelar as suas questões às pautas lésbicas para não serem confundidas, e mesmo as feministas lésbicas as vezes não colocavam essas questões para não afastar mulheres que se aproximavam do movimento.

## 5 CONCLUSÃO

O capitalismo emergiu, no Brasil, em meados da década de 1930, como vimos em Martinelli (2008), provocando grandes mudanças na estrutura como a sociedade brasileira se organizava, a mudança na forma do fazer profissional, na vertente de transformação social (Machado, 1999) acontece somente em meados dos anos 1970, mesmo ano em que o movimento feminista e o movimento de mulheres começam a ter mais expressividade, de acordo com Soares e Costa (2012).

Na década de 1960, inicia-se, segundo Netto (2005), o processo de reconceituação do Serviço Social que tem maior expressividade na década de 1970, os profissionais buscaram romper com o “Serviço Social tradicional”, onde o fazer profissional era posto em conformidade com o projeto de exploração do capital, e conformação dos indivíduos. Iamamoto (2011) nos lembra que o Serviço Social na contemporaneidade tem como base a questão social, “o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura” (Iamamoto, 2011, p. 27).

No breve apanhado histórico do movimento feminista no Brasil citado em Soares e Costa (2012) percebemos a invisibilidade das especificidades das discussões de mulheres lésbicas, quando o movimento feminista traz à tona, como prioridade, as questões centradas nas relações heterossexuais (reitero que a importância das conquistas do feminismo são relevantes à todas as mulheres) e deixa uma lacuna no que

diz respeito às desigualdades sofridas pelas mulheres lésbicas, nas suas mais diversas pluralidades.

Iamamoto (2011) diz, ainda, que os assistentes sociais trabalham com as mais variadas expressões da questão social em seu cotidiano, “questão social que, sendo desigualdade, também é rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem e se opõem” (Iamamoto, 2011, p.28).

É fato que as opressões sofridas pelas mulheres, pela sociedade patriarcal, em consonância com o capitalismo, especialmente as mulheres que vivem no campo e na periferia, e mal conseguem acessar as políticas existentes, são expressões da questão social e merecem um olhar interventivo dos assistentes sociais, assim como também as mulheres lésbicas, que tiveram suas histórias apagadas e/ou invisibilizadas durante o processo de construção das lutas feministas.

Sobre a questão social na contemporaneidade, Iamamoto (2011) diz que “é necessário, hoje, repensar a questão social, porque as bases de sua produção sofrem, na atualidade, uma profunda transformação com as inflexões verificadas no padrão de acumulação” (Iamamoto, 2011, p.29), o repensar deve ser voltado para as demais expressões que são inerentes a esse padrão de acumulação, classe, raça, gênero e sexualidade.

Ao dizer que a emancipação da mulher encontra um limite estrutural, que é o capitalismo, Cisne (2018) mostra a necessidade de subserviência das mulheres para os homens como eixo de controle da força de trabalho utilizada pelo capital, as mulheres enquanto mão-de-obra mais barata e necessária para manutenção do sistema, inclusive do trabalho não remunerado, o trabalho do lar.

A não performance de feminilidade e a lesbianidade afasta as mulheres do papel de subserviência aos homens, juntamente com o apagamento de suas histórias de existência e luta, onde se faz pouco necessária ao capital.

Se a questão social se expressa nas desigualdades estruturais da sociedade, então as mulheres lésbicas são expressões dessa desigualdade, não só por serem mulheres, mas por serem lésbicas.

A construção de políticas públicas que sejam direcionadas às mulheres lésbicas que não performam feminilidade, não têm passabilidade, não constroem sua história ao lado de um homem, mulheres periféricas, mulheres negras, precisa ir além da

criminalização da homofobia, por exemplo, são necessárias políticas de renda, de trabalho, de saúde, de educação, voltadas às especificidades dessas mulheres.

## REFERÊNCIAS

BATISTA, Daniela Conegatti; SOUZA, Jane Felipe de. The materialized lesbianity on (not so) feminine bodys. **Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)**, n. 31, p. 81-100, 2019.

BERALDO, Beatriz. **O que é feminilidade? Papéis sociais e o feminismo contemporâneo**. COMUNCON, ESPM-SP, 2014. Disponível em: <<https://vdocuments.net/o-que-e-feminilidade-papeis-sociais-e-o-feminismo-invisivel-que-pretendia.html>> Acesso em: 04 de março de 2020.

CISNE, Mirla. **Feminismo e marxismo: apontamentos teórico-políticos para o enfrentamento das desigualdades sociais**. Serv. Soc. Soc. no.132 São Paulo May/Aug. 2018. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282018000200211&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282018000200211&script=sci_arttext)>. Acesso em: 27 de fevereiro de 2020.

CISNE, Mirla. **MARXISMO: uma teoria indispensável à luta feminista**. Disponível em: <<https://www.unicamp.br/cemarx/ANAIIS%20IV%20COLOQUIO/comunica%E7%F5es/GT4/gt4m3c6.PDF>>. Acesso em: 27 de fevereiro de 2020.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. Editora Boitempo. São Paulo. Disponível em: <<https://coletivoanarquistalutadadeclasse.files.wordpress.com/2010/11/mulheres-raca-e-classe-angela-davis.pdf>>. Acesso em: julho de 2019.

FALQUET, Jules. **Lesbianismo**. In: HIRATA, Helena et al. (Org.). Dicionário Crítico do Feminismo. São Paulo: Editora da UNESP, 2009. p. 122-128.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 19. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IANNI, Otavio. **Estado e Capitalismo**. Editora Brasiliense, São Paulo, 2004.

MACHADO, Ednéia Maria. **Questão Social: Objeto do Serviço Social?**. Serviço Social em Revista/publicação do Departamento de Serviço Social, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual de Londrina. – Vol. 1, n. 1 (Jul./Dez. 1998)- . – Londrina: Ed. UEL, 1998- . Disponível em: <[https://www3.ufpe.br/moinhojuridico/images/ppgd/8.10b%20historia%20de%20vida\\_maria\\_paulilo.pdf#page=39](https://www3.ufpe.br/moinhojuridico/images/ppgd/8.10b%20historia%20de%20vida_maria_paulilo.pdf#page=39)>. Acesso em: 02 de março de 2020.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: identidade e alienação**. 4ed. São Paulo. Cortez, 1995.

NETTO, José Paulo. **O Movimento de Reconceituação: 40 anos depois.** In: Revista Serviço Social e Sociedade. Nº 84 – ANO XXVI. São Paulo: Cortez, 2005.

RICH, Adrienne. ([1980]1998). **La heterosexualidad obligatoria y la existencia lesbiana.** In: Navarro, Marysa y Catherine R. Stimpson. (comps). Sexualidad, género y roles sexuales. Argentina: Fondo de Cultura Económica. Primera edición en inglés Compulsory Heterosexuality and Lesbian Existence. pp. 36-64.

ROCHA, Everardo. **A mulher, o corpo e o silêncio:** a identidade feminina nos anúncios publicitários. Rio de Janeiro: Revista ALCEU (PUC-RIO) - v.2 n.3 pg 15 a 39- jul/dez 2001.

SANTOS, Ana Cristina C.; SOUZA, Simone Brandão; FARIA, Thaís. **Sapatão é revolução! Existências e resistências das lesbianidades nas encruzilhadas subalternas.** Periódicus, Salvador, n. 7, v. 1, maio-out.2017

SARTI, Cynthia Andersen. **O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória.** Estudos Feministas, Florianópolis, 12(2): 264, maio-agosto/2004. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n2/23959.pdf>>. Acesso em: 27 de fevereiro de 2020.

SCOTT, Joan. **Genero: uma categoria util de análise histórica.** Educação & Realidade, v.1S, n.2, jul./dez. 1990. Disponível em: < <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>>. Acesso em: 01 de março de 2020.

SOARES, Gilberta Santos; COSTA, Jussara Carneiro. **Movimento lésbico e Movimento feminista no Brasil: recuperando encontros e desencontros.** abrys, études féministes/ estudos feministas juillet/décembre 2011 -janvier /juin 2012 - julho /dezembro 2011 - janeiro /junho 2012. Disponível em: < [https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitos-da-populacao-lgbt/artigos\\_teses\\_dissertacoes/movimento\\_lesbico\\_e\\_movimento\\_feminista\\_no\\_brasil\\_recuperando\\_encontros\\_e\\_desencontros\\_1.pdf](https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitos-da-populacao-lgbt/artigos_teses_dissertacoes/movimento_lesbico_e_movimento_feminista_no_brasil_recuperando_encontros_e_desencontros_1.pdf)> Acesso em: 05 de março de 2020.